

PARECER CREMEB Nº 61/10
(Aprovado em Sessão Plenária de 10/12/2010)

Expediente Consulta n.º 159.773/2008

Assunto: Uso de fármacos previstos nos protocolos médicos e diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde, no âmbito do SUS e outros.

Relatora: Cons^a. Lícia Maria Cavalcanti Silva

Ementa: O médico no exercício de suas atividades em unidades do Sistema Único de Saúde (SUS), deve acatar os Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde, para assegurar a oferta adequada dos fármacos. A prescrição de outros fármacos não constantes das diretrizes terapêuticas poderá ser feita mediante justificativa técnica fundamentada.

ASSUNTO

Promotora de Justiça da Comarca de Cipó, dá ciência o CREMEB a Recomendação nº. 01/2008 dirigida aos Secretários de Saúde dos Municípios de Cipó e Ribeira do Amparo.

Consta da referida Recomendação que *“... a demanda por medicamentos, receitados por médicos do Sistema Único de Saúde vem aumentando cada vez mais, principalmente, pelas drogas de natureza excepcional, muitas vezes, de custo elevado e não constantes dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde”*.

Sugere, também, que pode haver influência da indústria farmacêutica, vez que incentivam a prescrição de remédios em caráter experimental e de eficácia duvidosa.

Ademais, requer que os Secretários de Saúde dos Municípios de Cipó e Ribeira do Amparo adotem providências administrativas imediatas, *“... no sentido de **orientar os profissionais médicos a esgotarem as alternativas de fármacos previstas nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde e demais atos que lhe forem complementares, antes de prescreverem tratamentos medicamentosos diversos aos pacientes. Se ainda assim for prevalente tecnicamente a prescrição de droga curativa não apresentada nos Protocolos, o profissional responsável deverá elaborar fundamentação técnica consistente...**”(grifos do original).*

Ressalta que é dever dos médicos em obediência ao Decreto 20.931/32, “escrever as receitas por extenso, legivelmente, em vernáculo – língua do país -nelas indicando o uso interno ou externo dos medicamentos, o nome e a residência do doente e ainda aos arts. 2,35 e seguintes da Lei Federal 5991/73 que descreve como deve ser um receituário médico “a tinta, em vernáculo, por extenso e de modo legível”.

PARECER

Após estudos com a Corregedoria e Assessoria Jurídica deste Conselho, emitimos as considerações abaixo.

É cediço que os profissionais médicos devem exercer suas atividades **com plena autonomia**, como dispõe o princípio fundamental:

*“VIII - O médico não pode, em nenhuma circunstância ou sob nenhum pretexto, renunciar à sua **liberdade profissional**, nem permitir quaisquer restrições ou imposições que possam prejudicar a eficiência e a correção de seu trabalho.”*

Não se admite, portanto, a interferência na conduta do médico quanto do exercício da medicina. Assim, se o médico entender que um medicamento é mais adequado no caso concreto, deverá prescrevê-lo, não estando submetido às disposições contidas nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas.

Ademais, ressalte-se que os médicos são responsáveis pelos procedimentos que indicam, e ficando restritos às orientações dos Protocolos Clínicos, estariam deixando de prescrever o tratamento que entendem ser o mais apropriado, restando complexa a apuração da sua real responsabilidade, posto que não tiveram opção.

Desta forma, o profissional médico não está adstrito às recomendações dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, conforme se extrai do princípio fundamental XVI, do CEM, in verbis:

*“Nenhuma disposição estatutária ou regimental de hospital ou instituição, pública ou privada, limitará a escolha, pelo médico, dos meios cientificamente reconhecidos a serem praticados para o estabelecimento do diagnóstico e da execução do tratamento, **salvo quando em benefício do paciente**”.*

No que tange ao dever do médico de atuar em benefício dos pacientes, é necessário tecer algumas considerações. Sabe-se que o Sistema Único de Saúde tem uma estrutura bastante deficitária, comprometendo, em maior ou menor grau, o exercício dos atos médicos. Assim, entende-se que a liberação de fármacos pelo Sistema Único de Saúde, não constantes dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, somente seja feito por profissional médico autorizado após análise da justificativa técnica fundamentada.

Com efeito, os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde (órgão normativo) são políticas do SUS de promoção do acesso a medicamentos, objetivando o seu uso racional.

Destarte, observa-se que tais políticas visam assegurar a oferta adequada dos fármacos para os pacientes, tendo medicamentos disponíveis para os cidadãos.

O médico, no momento da prescrição medicamentosa, deverá agir com razoabilidade, senão vejamos: Existindo medicamento genérico e ou similar nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, é conveniente preferi-los quanto da prescrição, posto que estaria se garantindo, pelo menos em tese, o acesso da população ao medicamento.

Portanto, a recomendação do Ministério Público constitui, como o próprio nome indica, RECOMENDAÇÃO de que preferencialmente se utilize os medicamentos estabelecidos nos protocolos, pelas razões expostas acima e que na hipótese de não utilização o profissional apresente justificativa. Desta forma, no nosso entender não estaria havendo a princípio interferência na conduta médica.

No que tange a suspeita de influência da indústria farmacêutica, reza o art. 68 do Código de Ética Médica, que é **vedado ao médico**:

“Art. 68 – Exercer a profissão com interação ou dependência, de farmácia, indústria farmacêutica, ótica ou qualquer organização destinada à fabricação, manipulação, promoção ou comercialização de produtos de prescrição médica, qualquer que seja sua natureza.”

Registre-se que a prescrição médica deve ser livre de qualquer influência estranha que possa ser caracterizada com o desejo de obter vantagem direta ou indireta. A prescrição médica deve ser eminentemente ética, resultante da relação médico - paciente, como uma etapa importante da prática médica, não cabendo aí qualquer influência ou percepção de vantagem.

Por fim, no que se refere à obediência ao Decreto nº 20.931/32 requerida pela Promotora de Justiça da Comarca de Cipó, convém mencionar que, sobre o assunto, dispõe o art. 11 do CEM.

É vedado ao médico

“Art. 11 – Receitar, atestar ou emitir laudos de forma secreta ou ilegível, sem a devida identificação de seu número de registro no Conselho Regional de Medicina da sua Jurisdição, bem como assinar em branco folhas de receituários, atestados, laudos ou qualquer outros documentos médicos.”

Com efeito, o médico deve ainda receitar de forma legível, compreendendo desta forma, a escrita clara, por extenso, e no idioma oficial do país.

CONCLUSÃO

Por fim, urge comentar que a recomendação em tela foi encaminhada a este Regional para ciência, não sendo necessária a adoção de qualquer medida, exceto endossar a necessidade de cumprimento das normas legais pelos médicos.

É o parecer.

Salvador, 16 de junho de 2010.

Lícia Maria Cavalcanti Silva